

**Da Covid-19 ao Quinto Império no Mundo**  
***O Legado da Utopia Civilizacional de Agostinho da Silva***

**From Covid-19 to the Fifth Empire in the Earth**  
***The Legacy of the Civilizational Utopia of Agostinho da Silva***

Filipe Abraão Martins do Couto

**Resumo:** Pretende-se, através deste artigo, apresentar a visão da utopia civilizacional de Agostinho da Silva e a sua relevância para uma era pós-Covid-19. Numa primeira fase, procurar-se-á legitimar a necessidade de revisitar a proposta utópica de Agostinho da Silva. De seguida, para se compreender o pensamento do filósofo, torna-se necessário fazer uma breve incursão através de autores do pensamento nacionalista-providencialista português. Depois de se circunscrever a formação do seu pensamento, procurar-se-á apresentar o seu legado para uma era pós-Covid-19, através de quatro pontos fundamentais: a tipologia política; as prioridades absolutas no mundo; a tecnologia para a humanidade; a educação para todos.

**Palavras-Chave:** Covid-19; Utopia Civilizacional; Quinto Império; Reino do Espírito Santo; Pós-Covid-19.

**Abstract:** It is intended, through this article, to present Agostinho da Silva's vision of the civilizational utopia and its relevance for a post-Covid-19 era. Firstly, it is intended to legitimize the necessity to review Agostinho da Silva's utopic proposal. Secondly, in order to understand the philosopher's thinking, it is necessary to make a brief incursion through authors of the Portuguese nationalist-providentialist thought. After circumscribing the formation of his thinking, it will be presented his legacy for a post-Covid-19 era, in four fundamental aspects: the political typology; the absolute priorities in the world; technology for humanity; education for all.

**Keywords:** Covid-19; Civilizational Utopia; Fifth-Empire; Kingdom of the Holy Spirit; Post-Covid-19.

### *Introdução*

A doença da Covid-19 não só trouxe para cada ser humano a radical novidade de se experienciar uma situação de catástrofe pandémica, na presença de todos os horrores da existência humana, como, através dela, se fez sentir todos os males que já assolavam transversalmente as sociedades globalizadas.

Se a doença da Covid-19 foi desenvolvida pelo Homem no laboratório para ser libertada no mundo (com ou sem intenção humana), ou se foi a natureza que a desenvolveu para se libertar do homem, por mais disparatado e folclórico que esta premissa pareça, prevalece, aqui, um ponto essencial que carece de reflexão, nomeadamente a relação entre o homem e o mundo. Se se confirmar o primeiro caso, uma das conclusões a que se pode chegar é que se está a assistir a uma verdadeira crise ontológica e antropológica sem precedentes na história mundial, sendo que a Covid-19 estatuir-se-ia como a coroação imperial entre os colossais males provocados pelo homem no mundo e em outros homens. A ser provado o segundo caso, também se constituiria um problema muito grave, se tivermos em consideração que uma suposta resposta do mundo ao homem seria, provavelmente, uma ação proporcional ao que o homem tem feito à natureza. O que subjaz nestes dois pontos é a constatação de uma relação demasiado conturbada entre o homem e o mundo, traduzindo-se, numa conclusão, que as ações do homem no mundo não só têm sido nocivas para a natureza como para o próprio homem em geral.

No silêncio claustrofóbico dos nossos isolamentos voluntários e na lamentação das longas e penosas quarentenas – cujos efeitos sociais ainda se encontram por apurar – desejamos o rápido regresso à normalidade, à vida quotidiana, aos afazeres e prazeres diários. O regresso a um passado normal – não muito distante – constitui-se, para muitos de nós, como o modelo perfeito de se viver a vida na sua plenitude e, apesar deste paradigma gozar de um estatuto utópico na maioria dos corações humanos, sabe-se, de antemão, que este modelo tem ser novamente alcançado, custe o que custar, embora, entre nós, habite uma doença que tarda em nos largar, que tarda em ir embora e que parece estar a apreciar a sua eterna coabitação.

Devido à Covid-19, foram adquiridos novos hábitos e novos comportamentos, foram desenvolvidas etiquetas sociais e uma maior distância entre nós e o outro e entre nós e a natureza, o que veio reforçar esta ideia de isolamento – que não é só de um «eu»

isolado num apartamento *T2* ou em qualquer outra habitação, mas de um «eu» isolado do outro e do mundo, um «eu» cada vez mais artificial, com mais acessórios e armaduras que o protegem de um mundo natural terrivelmente nocivo. Não é só a estranha sensação meramente «artificial» e «higiénica» que nos acompanha no dia-a-dia, impressão que se adquiriu através das viseiras, máscaras de proteção, luvas de borracha, panos antibacterianos e gel desinfetante, mas o medo constante que preside a esta sensação, proveniente, não só das nossas rotinas quebradas e atrapalhadas, como também das incertezas e inseguranças que não conseguem guiar as nossas vidas<sup>1</sup>.

A forma de se estar na vida alterou-se por completo. A relação orgânica entre o eu e o mundo desvaneceu-se temporariamente, para passar a existir uma correspondência artificial entre nós e o mundo e uma sensação de conflito perpétuo entre o eu e o outro: é, afinal, o outro que está contaminado; é o mundo que está infetado; é o perigo do vírus que espreita em qualquer parte. O mundo tornou-se uma ameaça, um sítio perigoso para se viver<sup>2</sup>. A epidemia tornou as séries de televisão e filmes apocalípticos e pós-apocalípticos – as distopias – na realidade, pois o outro transformou-se, subitamente, num *zombie*, num doente, num paciente, num contagiado, num morto, num *vampiro* que nos vai infetar, em alguém que deixou de ser e de estar; com a novidade e invasão mundial da Covid-19, as ruas ficaram desertas e as lojas fechadas; os meios de transporte abandonados; os centros comerciais, as praias, os campos vazios. O armagedão regressou em tons épicos e aguarda por nós, silenciosamente, na fria e escura praça pública.

A facilidade com que este vírus provocou o desmoronamento da estrutura e da dinâmica das sociedades – portanto, da economia reinante do mundo – já assumiu proporções bíblicas. De uma forma geral, a indústria e o comércio foram arrasados; os *PIB* das nações humilhados; as finanças enxovalhadas. A espécie humana foi

---

<sup>1</sup>A este propósito, Boaventura de Sousa Santos refere que a pandemia originou uma «fragilidade do humano», que consiste precisamente na ideia de que outrora o sentimento de insegurança era menor para determinadas classes sociais devido aos recursos e soluções sociais existentes que ofereciam uma garantia para estes (os cuidados médicos, as apólices de seguro, empresas de segurança, terapia psicológica, entre outros). O surto viral, por sua vez, trouxe a falência destes recursos e soluções sociais, originando um sentimento de insegurança geral (SANTOS 2020c: 24).

<sup>2</sup> É importante referir que Boaventura de Sousa Santos considera que a Covid-19 se trata de um «valor hipercontemporâneo», o que significa que «sermos contemporâneos do vírus significa que não podemos entender o que somos sem entender o vírus». Desta forma, a maneira como o vírus nos condiciona e nos ameaça é «bem fruto do mesmo tempo que nos faz ser o que somos». O vírus «espalha-se no mundo à velocidade da globalização. Sabe monopolizar a atenção dos media como o melhor perito de comunicação social. Descobriu os nossos hábitos e a proximidade social em que vivemos uns com os outros para melhor nos atingir. Gosta do ar poluído com que fomos infestando as nossas cidades. Aprendeu connosco a técnica dos drones e, tal como estes, é insidioso e imprevisível onde e quando ataca. Comporta-se como o 1º mais rico da população mundial, um senhor todo poderoso que não depende dos Estados, não conhece fronteiras, nem limites éticos» (SANTOS 2020b: 28).

completamente dominada, não pela força da guerra e das armas, não por imposição de um qualquer ditador, não devido a uma invasão alienígena, não porque um meteorito colidiu com o planeta terra, mas por um vírus letal que não conhece fronteiras, nem sabe o que significa nacionalidade, nem distingue cores, raças, sexos ou credos. Na concretização material e objetiva de uma distopia, resta-nos a esperança sagrada das utopias.

### *O papel das humanidades*

Prevalece, na intimidade de muitas pessoas, o desejo de regresso à normalidade o mais rapidamente possível, a inesgotável ansiedade para o retorno ao exercício pleno das suas funções e profissões, para os ginásios, centros comerciais e estádios de futebol, o regresso das crianças às escolas, prevalecendo, igualmente, o sonho da reabertura das fronteiras e do comércio, a circulação livre de pessoas, bens e mercadorias à escala mundial. Trata-se de um anseio legítimo e sincero, alimentado por grande parte das populações, que não pode ser ignorado nem criticado.

Porém, é tarefa das humanidades e das ciências sociais e humanas questionar estas apetências e refletir criticamente sobre elas. Cabe às ciências sociais e humanas abrir passagens e descortinar caminhos para a humanidade e para o Homem. Este é o seu papel e finalidade. É em tempos de maior crise que a sua sabedoria é solicitada, mas, infelizmente, nem sempre resgatada.

A filosofia (tal como outras áreas das ciências sociais e humanas) deverá cumprir sempre o seu papel sempre que solicitada, e é seu dever refletir criticamente o caminho que o homem está a percorrer em todas as suas dimensões, especialmente quando a humanidade é guiada, em tempos de crise pandémica, por várias especialidades da saúde – pioneiros e heróis destemidos – e por agentes políticos. Cabe à filosofia não só denunciar os vários acontecimentos que atentam contra a integridade e a dignidade dos direitos humanos, como, também, deverá fazer tudo o que está ao seu alcance para fornecer sugestões e apresentar soluções para o futuro. O tempo pandémico em que vivemos é tão peculiar que o modo como o interpretamos e avaliamos determinará o futuro da civilização (SANTOS 2020a: 13).

A filosofia é sempre requisitada em tempos de emergência, sobretudo quando se vive numa época em que não se consegue respirar, ou quando o peso das autoridades nos rouba a vida por nos privarem do oxigénio fundamental para o bom funcionamento dos nossos pulmões. George Floyd não se constitui como um caso isolado na ordem transcendental das coisas, estatuindo-se, para muitos, como o símbolo trágico global de uma era que apresenta dificuldades em respirar em todos os quadrantes da vida. O ano de 2020, sendo o ano do coronavírus, é também o ano de George Floyd, um homem que perdeu a sua vida para a humanidade – para lhe falar do tempo sinistro em que vive. Falar de George Floyd significa abordar um inimigo comum à humanidade, não sendo este apenas a Covid-19, mas o próprio sistema político, económico e financeiro contemporâneo. Assim, se a Covid-19 representa literal e simbolicamente a falência respiratória e a deterioração biológica do mundo, George Floyd representa a falência respiratória da humanidade, ou seja, a deterioração ontológica da humanidade, apesar de ambas as sentenças poderem ser expressas na máxima de que a organização política-económica-financeira contemporânea não está alinhada com a estrutura «ontológica-biológica-ecológica» do mundo, tendo conseguido, aliás, asfixiá-la por completo.

É sabido que, antes da Covid-19, a organização económico-financeira das nossas sociedades não respeitava o bem-estar e a dignidade das pessoas, a plenitude do mundo, das sociedades, o equilíbrio ecológico do planeta. É importante ter em consideração que desejar o regresso à «normalidade» não implica, apenas, pretender o regresso à *minha* «normalidade», à vida e rotinas estabelecidas antes do surgimento desta doença causada pelo coronavírus, mas este anseio também pressupõe, numa escala macro, desejar o retorno, numa era da globalização, dos inúmeros desafios ecológicos<sup>3</sup>, o retorno da pobreza extrema, das grandes desigualdades sociais, do terrorismo mundial, da fome e da miséria humana, de milhares de refugiados no mundo e da constante inovação científica e tecnológica, nem sempre a par da integridade e dignidade do ser humano.

Por um lado, regressar à «normalidade» significa regressar a uma situação de catástrofe eminente, da qual a Covid-19 fez e faz parte. Por outro lado, tal como Boaventura de Sousa Santos refere, «a pandemia vem apenas agravar uma situação de crise a que a população mundial tem vindo a ser sujeita» (SANTOS 2020c: 24). Ou seja,

---

<sup>3</sup> A extinção de plantas e vegetais; a extinção de animais; a desflorestação massiva; a poluição atmosférica; a poluição dos mares; os aterros de plástico; o derramamento de combustível; a sobrepesca; a poluição sonora; a poluição dos solos; o regresso à cultura dos descartáveis; a apropriação desmedida das energias não renováveis: gás, petróleo, carvão; entre outros flagelos.

o autor considera que, antes da pandemia, já prevalecia uma crise mundial provocada pelo capitalismo exacerbado com fortes repercussões no meio ambiente. A pandemia, por sua vez, veio reforçar esta crise, porque continua a legitimar a concentração da riqueza mundial – advindo daqui uma crise financeira, como também a falta de tomada de medidas concretas face aos grandes problemas ecológicos. Assim, atribui-se a causa de todas as crises à situação de excecionalidade pandémica que o mundo atravessa, quando, na realidade, a crise já estava instalada no mundo (SANTOS 2020c: 24). É necessário, neste sentido, repensar a relação entre economia e ecologia.

Não será uma prioridade procurar uma economia mundial que vá ao encontro das exigências da ecologia mundial e fazer da procura desta sinergia universal o motivo de cidadania global? Uma economia que seja organicamente compatível com a saúde do mundo e que respeite a identidade, a dignidade e a diversidade humanas?

#### *A formação da visão utópica de Agostinho da Silva*

É neste enquadramento dicotómico (economia e ecologia) sustentado por Boaventura de Sousa Santos que se propõe visitar a utopia civilizacional de Agostinho da Silva, filósofo luso-brasileiro, do século XX, que aponta a inevitabilidade de uma nova era para a humanidade, a idade do Reino do Espírito Santo. Considera-se que as teses de Agostinho da Silva ainda não estão suficientemente esclarecidas e debatidas e que, de uma forma geral, prevalece algum desconhecimento em relação à sua obra. Será que a sua proposta, tratando-se de uma *paideia*, encontra eco numa era globalizada, tecnologicamente desenvolvida e cronologicamente secular?

É importante referir que o pensamento de Agostinho da Silva vincula-se a uma das tradições do pensamento português, denominado nacionalista-providencialista, constituindo-se como uma das tendências mais ricas da filosofia e cultura portuguesas. Seguindo uma linha de pensamento espiritual que tem como pioneiros Padre António Vieira e Fernando Pessoa, Agostinho da Silva considera que é possível para o homem conceber o quinto império no mundo, ou seja, criar o paraíso que a humanidade perdeu com o pecado original e que nunca mais encontrou<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> A este propósito, Romana Valente Pinho refere que «Segundo Agostinho, poder-se-á concluir que a idade de ouro corresponde a uma existência beatífica, que a ideia de um Deus transcendente (já que os povos primitivos não tinham religião) só se constitui a partir da evolução social (no fundo, surge com as noções

Esta visão quinto-imperialista do mundo foi inspirada no episódio da Ilha dos Amores, de Luís de Camões, no conceito de quinto império ou Reino Consumado de Cristo, do Padre António Vieira, na dupla invocação de Fernando Pessoa do que designou por «civilização espiritual» e de «transcendentalismo panteísta», nas teses da terceira idade do mundo, de Joaquim de Fiore, argumentos a que o pensador irá juntar alguns episódios que considera fundamentais da cultura portuguesa. Apresentamos, de seguida, uma leitura de algumas das contribuições teóricas destes autores que foram fundamentais para o desenvolvimento da utopia de Agostinho da Silva e, na sequência, um conjunto de propostas do filósofo que se consideram relevantes para um mundo pós-Covid-19.

A primeira ideia de quinto império surgiu n' *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, através da Ilha dos Amores, ideal que se constituirá como a suprema meta a atingir, em detrimento «da rota para a Índia» (SOUSA 2006: 33) e a descoberta da própria Índia, na perceção de Agostinho da Silva. A Ilha dos Amores, mais do que um mero prémio de consolação para os heróis marinheiros pelos grandes feitos alcançados, constitui-se como a libertação total do homem em relação a todas as limitações que possui do «tempo e do espaço», efetivando-se como um momento em que o homem e a natureza se fundirão plenamente, para se viver, finalmente, a aventura da fraternidade humana e do amor universal (SILVA, 2000a: 131).

O pensador luso-brasileiro sugere que, ao se escutar a «voz da deusa», surge a «idade do Espírito Santo», um estádio que permitirá ao indivíduo ser aquilo para que nasceu autenticamente (MENDANHA 1996: 34), sem, contudo, perder a sua unidade e a sua diversidade no mundo. A ilação que Agostinho da Silva resgatará da Ilha dos Amores não será somente o seu valor simbólico, espiritual e mitológico para a cultura portuguesa, mas substanciar-se-á no seu pensamento como uma missão que deverá ser alavancada e criada pelo Homem. Preconizará, portanto, não só a sua releitura, como também a necessidade da restauração e reapropriação material do paraíso perdido e da idade de ouro (SILVA 2000a: 131).

Em comunhão com a Ilha dos Amores, inscreve-se o conceito de quinto império (em que ambas se reforçam) do Padre António Vieira que, por sua vez, foi inspirado nos seguintes pontos: em primeiro lugar, na interpretação dos profetas do antigo testamento (FRANCO 1999: 159), em que anunciavam um quinto império por vir que iria suceder

---

de propriedade e de estado e, conseqüentemente, com o adensamento da ideia de medo) e que a queda desta era primordial se dá com o advento da guerra do homem com a natureza» (PINHO 2006: 61-62).

aos quatro impérios que desabaram (VIEIRA 2015: 446); em segundo lugar, nas trovas de Bandarra, que apregoavam o regresso de um rei sebastiânico que iria novamente catapultar Portugal para o sucesso; em terceiro lugar, no empreendimento e sucesso dos descobrimentos portugueses; por fim, através do milagre de Ourique, em que Jesus Cristo anunciou a D. Afonso Henriques, antes da célebre batalha, que Portugal estaria destinado a grandes feitos no mundo (VIEIRA 2015: 80-81).

Serão através destes pontos fulcrais que Padre António Vieira considerará que a missão principal dos portugueses é a de criar o Reino Consumado de Cristo na Terra e que, para isso, será necessário «converter e reformar o mundo, florescendo mais do que nunca o culto divino, a justiça, a paz e todas as virtudes cristãs» (VIEIRA 1856: 33).

Se para o padre António Vieira o quinto império é a chegada e celebração do Reino Consumado de Cristo na terra, para Fernando Pessoa, o quinto império estatuir-se-á enquanto criação de uma «civilização espiritual própria», com um objetivo muito definido: o de fazer «a paz em todo o mundo» (PESSOA 2008: 32). A única forma de levar a cabo este nobre empreendimento, segundo o poeta, será a de criar uma sociedade através de «um meta-sistema que envolve e transcende todos os sistemas, incorporando todas as teses e antíteses possíveis» (BORGES 2008: 93), a que deu o nome de transcendentalismo panteísta. Por outras palavras, a sociedade preconizada por Fernando Pessoa terá de abarcar o tudo e o nada, a tese e a antítese, sendo, simultaneamente, «religiosa e política», como, também, «democrática e aristocrática», capaz de se afastar do comércio exacerbado e do materialismo radical (BORGES 2008: 95).

A paz no mundo só poderá ser alcançada se as políticas desta civilização espiritual tiverem como prioridades o bem-estar e a justiça das populações, bem como a efetivação séria não só da maximização da liberdade espiritual dos cidadãos, como também da projeção dos mesmos nos desafios e mistérios da ciência. Esta civilização espiritual própria, será, então, um quinto império cultural, que Fernando Pessoa desejou que fosse desenhado em língua portuguesa, que não deverá possuir preocupações de ordem sensível, capaz de abarcar todos os deuses do mundo (PESSOA 2008: 40) e, por isso, com capacidade de acolher o outro. Desta forma, a sua índole política é totalmente cultural, multicultural e intercultural, e institucionalmente vocacionada, tal como na Grécia antiga, para que os seus cidadãos se devotem plenamente à total liberdade espiritual e aos mistérios do mundo e da ciência.



É importante referir que esta sociedade é um reflexo daquilo a que Jaime Cortesão designou por «humanismo universalista da cultura portuguesa» (CORTESÃO 1965: 77), ou seja, a organização político-cultural desta sociedade não é mais do que um reflexo ontológico e antropológico do Homem, mais concretamente um reflexo da capacidade de «ser tudo de todas as maneiras» (PESSOA 2008: 40) do «ser português», que, desde a formação de Portugal até às descobertas marítimas, conseguiu encontrar-se a si mesmo a partir do momento em que se descentralizou de si próprio e conseguiu ser tudo e todos, o nada e o absoluto, o homem síntese da humanidade, o homem completo.

#### *A utopia civilizacional de Agostinho da Silva*

Agostinho da Silva irá construir o seu pensamento com base nas contribuições veirinas e pessoanas, como também as irá aglutinar a outros episódios fundamentais na cultura portuguesa como, por exemplo, o culto popular do Espírito Santo, a organização política e económica da sociedade portuguesa do século XIII, a coroação da criança imperador, a Ordem de Cristo, os descobrimentos portugueses, a construção cultural do Brasil, bem como à visão da terceira idade de Joaquim de Fiore, emparelhando-as, sequencialmente, na sua visão de quinto império ou Reino do Espírito Santo no mundo.

O advento da terceira idade do mundo ou o Reino do Espírito Santo está relacionado com uma visão da idade da humanidade, segundo Joaquim de Fiore, que está ligada ao conceito de trindade. Assim, depois de a humanidade ultrapassar a idade do Pai (Deus-Pai), ligada à organização do mundo, à instauração da ordem e disciplina no caos, passará para uma idade do Filho, ligada à caridade, à compaixão e amor entre os homens (SILVA 2000a: 321-322). Segundo Agostinho da Silva, a humanidade ainda se encaminha, lentamente, para o advento da terceira idade, a idade do Espírito Santo, a última fase da humanidade em que se cumprirá o fim dos «Impérios da Disciplina» e das «obrigações de sacrifício», onde imperará o amor ao próximo como a si mesmo, e onde cada um poderá ser aquilo que é e que marca a sua individualidade e autenticidade. O Reino do Espírito Santo será o império da fraternidade e do amor universal, constituindo-se como a concretização material do «Pensamento de Deus» (SILVA 1999a: 77).

*A visão do Homem*

É importante referir que a utopia civilizacional de Agostinho da Silva não se divorcia de uma *paideia*. Através do seu pensamento, não só são vislumbradas a educação e a finalidade última do homem a uma escala cósmica (componente ontológica, antropológica e educacional), como também é contemplada a formação e a finalidade do cidadão (componente política e social) na sociedade. A organização da sociedade preconizada por Agostinho da Silva constitui-se como um reflexo das melhores virtudes do mundo da antiguidade grega e do cristianismo, devendo-se constituir como o modelo da individualidade e singularidade de cada ser humano (REAL 2007: 43) A sociedade deverá ser construída de tal forma que possa incluir, em grande escala, a vida plena de cada ser humano, ou seja, a maximização da sua criatividade e liberdade. Então, antes de se compreender a tipologia política e funcional da sociedade, importa compreender, em primeiro lugar, o que é o Homem.

Agostinho da Silva considera o Homem como «um templo de Deus, e o mais belo de todos» (SILVA 1999a: 82), onde o saber ser e não o ter (SILVA 2000a: 254) é o sentido último de todas as coisas, constituindo-se como um destino que deverá ser orientado para conseguir viver a «vida plena», em inteira comunhão com o divino, exercendo o seu direito de viver alegremente a vida, sem preocupações de ordem sensível e com inteira liberdade para criar «o que Deus ainda não criou» (SILVA 2000a: 82). O pensador luso-brasileiro contempla o Homem à imagem e semelhança de Deus, e, tal como Deus, é um criador, uma «centelha do imenso fogo divino» (SILVA 2000a: 327), um «poeta à solta», estatuidando-se, desta forma, como o epicentro à volta do qual toda a sociedade se deve constituir. Tal como a minoria dos cidadãos gregos na Grécia Antiga tinha absoluta liberdade para criar, Agostinho da Silva considera ser essa a finalidade absoluta do homem e da mulher no advento da terceira idade ou do reino do Espírito Santo (PINHO 2006: 60).

Desta forma, na convicção profunda de que os «tempos de liberdade vão raiar» (SILVA 2000a: 334), Agostinho considerará que a única missão do Homem será a de «inscrever no universo a sua marca criadora» e de «fazer da vida inteira arte, ciência e religião, descobrindo no espírito as forças, as possibilidades e os recursos que até agora apenas temos procurado no mundo à nossa volta, rumando às Índias interiores e não àquelas que apenas se situam em quadrantes de tempo e espaço» (SILVA 2000a: 334).

Segundo Agostinho, o futuro da humanidade consiste em atingir a liberdade: o fim último do ser humano é ser livre no pensamento, livre na ação e livre no espírito.

Apologista de que qualquer ser humano é a «criação mais bela do universo», os esforços do mundo deverão convergir para que qualquer vida seja uma «extensão da beleza da criação de Deus» (SILVA 2000a: 82). Todos os esforços da sociedade devem ser realizados para que o Homem se torne uma «centelha do fogo divino», um instrumento de Deus livre e solto, que, desprendido das amarras do materialismo estéril, seja tão livre como a criança que, brincando e imaginando, constrói o melhor dos mundos possível<sup>5</sup>.

### *O Desenho Político*

Para desenhar da melhor forma possível os contornos da utopia civilizacional de Agostinho da Silva, torna-se necessário começar pela sua afirmação de que a criação do quinto império só será possível «se não existir um quinto imperador» (MENDANHA 1996: 55), ponto que não se divorcia da importância que o pensador atribui à coroação da criança imperador.

Segundo Agostinho da Silva, para se encontrar o melhor sistema político de sempre seria necessário perguntar a cada ser humano que tipo de sistema político desejará ter. De seguida, refere o pensador, «depois de todos eles responderem é que eu procuraria saber, daquilo tudo, o que é que parecia que se podia concluir como essência e depois, até, propor às pessoas que faltava isto ou aquilo ou que estava a mais aquele ou este ponto» (SOUSA 2006: 180-181). Em resumo, um «regime» só serviria se servisse a toda a gente. Este seria o primeiro passo para a «reconquista do paraíso» na terra.

Agostinho da Silva considera que o melhor modelo político que melhor foi ao encontro da vontade do povo ocorreu, precisamente, na Idade Média, no século XIII. Foi neste período que Portugal conseguiu a melhor forma de organização e de representação política (do povo), porque o poder não era centralista, pelo contrário, o poder estava imbuído nos concelhos e nas cortes. Embora o primogénito do rei anterior fosse o

---

<sup>5</sup> Paulo Borges define esta revolução espiritual como «o regresso da mente ao estado primordial, anterior à cisão sujeito-objeto, como reasunção do nada que é e vem a ser tudo e renascimento, daí, numa nova mundinvenção, é esta metafórica conversão ao menino Jesus, coroação do Imperador menino que há em todo o homem ou revelação íntima, não-dual e última do espírito, é a difusão desta mutação individual e profunda da percepção criadora do real que Agostinho vislumbra como a necessária condição de possibilidade da metamorfose civilizacional que anuncia, invertendo a relação que a mente tem com os objetos e os seus recursos tecnológicos e convertendo-a de dependência alienante em jogo recriador» (BORGES 2008: 198).

candidato natural para governar, era necessário o consentimento das cortes para o rei tomar o poder e coordenar as vontades de cada concelho.

O pensador luso-brasileiro defende que Portugal, na Idade Média, era uma «monarquia federal de repúblicas» (SILVA 2000b: 111). Ou seja, as repúblicas não eram mais do que os municípios, cada um com a sua constituição particular chamada foral. Embora as constituições variassem de concelho para concelho, tal situação nunca implicou uma descoordenação política ou social. Pelo contrário: «Havia o rei como coordenador, com umas leis e uns princípios gerais que se aplicavam a todo o país» (SOUSA 2006: 180).

O poder do rei era, sobretudo, o de uma autoridade coordenadora, mas também havia o poder das cortes. Nas cortes, discutiam-se os assuntos, apreciavam-se as propostas que o rei tivesse para apresentar ou apresentavam eles próprios as suas propostas. Na monarquia portuguesa medieval, «quem mandava propriamente não estava mandando, estava coordenando a vontade dos outros» (SOUSA 2006: 179). O rei poderia ser visto como alguém que manda, mas que não detinha exclusivamente o poder, pois as cortes tinham o poder de eleger o rei<sup>6</sup>.

É-nos apresentada, aqui, uma alteração da tipologia política, em que o poder central é abolido para dar lugar a um poder regional ou municipal que elege, não um comandante com o poder total, mas um coordenador que recebe, apresenta e executa as propostas decididas unanimemente. A representação política, sendo eleita regionalmente, não está distante das populações, havendo, por isso, não só um entrosamento mais ativo do cidadão na vida política ativa, como, também, um relacionamento mais estreito entre quem elege e quem é eleito. Por sua vez, são estes representantes locais ou regionais que, em estreita comunhão com o coordenador nacional, governam o país. A forma de governo guiada por «coordenação política» ou «coordenação de vontades» constituiu-se como a melhor forma de governar o país, na opinião de Agostinho da Silva, que, consequentemente, guiou o país para grandes feitos na sua história.

Resumindo, o primeiro aspeto importante na utopia civilizacional de Agostinho da Silva é o de se constituir um quinto império sem imperador, que só será possível se não existir alguém que mande nos outros homens, mas alguém que coordene, sabiamente, a vontade dos outros. É um império sem imperador, que não excluirá ninguém e que servirá

---

<sup>6</sup> Esta posição também é enaltecida por Antero de Quental quando afirma que «Nobres e populares uniam-se por interesses e sentimentos, e diante deles a coroa dos reis era mais um símbolo brilhante do que uma realidade poderosa» (QUENTAL 2010: 10).

todos os cidadãos, porque se constitui como uma sociedade desenhada à imagem e semelhança de todos. Trata-se da criação de um sistema político de representação regional ou municipal mais próximo dos cidadãos, que permite a cada um expressar-se devidamente em relação aos seus problemas e pontos de vista e, desta forma, participar ativamente nas questões políticas da *polis*.

### *O Combate Absoluto à Fome e à Miséria Mundial*

Depois de desenhada a tipologia política, é necessário traçar as prioridades fundamentais desta sociedade, que deverão passar por combater os flagelos que afetam a condição humana. Embora Agostinho da Silva não seja muito claro neste ponto, considera-se que, numa primeira instância, o combate aos problemas materiais e logísticos que afetam a condição humana deverá partir de um ponto de vista regional e, de seguida, nacional e, posteriormente, com os devidos consentimentos e envolvimento internacionais, para uma escala transnacional.

Assim, a primeira prioridade deverá recair na erradicação da fome e da miséria no mundo. Para se concretizar com sucesso esta importante missão, é necessário levar a cabo o desenvolvimento de dois importantes elementos, que a seguir se enumeram.

Em primeiro lugar, o desenvolvimento da propriedade coletiva da terra (SILVA 2000a: 252) e a condenação da exacerbação do comércio. Este será um passo capital de extrema importância para o «paraíso reconquistado», tal como refere Agostinho: «propriedade coletiva da terra, eis o ponto de início de liberdade económica, e eis o ponto a que se dirigem, convergindo, o progresso da consciência ética e o progresso da utilização técnica das ciências» (SILVA 2000a: 251). Ninguém mais poderá passar pela angústia de não ter o que comer, ou de ter de se submeter à vontade dos outros homens com posses materiais e económicas. O mundo terá de ser de tal forma organizado para que a vida seja gratuita para todas as pessoas, assim como ela o é quando se nasce.

Em segundo lugar e em simultâneo com o primeiro ponto, só é possível de se levar a cabo a erradicação da fome e da miséria através da formação de «exércitos operacionais» (SILVA 2000b: 135-137) no mundo. Estes exércitos operacionais terão a missão de levar a cabo a criação da propriedade coletiva na terra, com o envolvimento sério e comprometido dos vários governos e comunidades, de alimentar e de vestir os

pobres e de tudo fazer para possibilitar a sua inclusão e integração no mundo, de acordo com o que desejam fazer, fornecendo-lhes os instrumentos necessários para que tal aconteça.

A pobreza, a miséria e a opressão, consideradas como uma «diminuição de Deus» (SILVA 2000a: 328), deverão ser combatidas até não haver mais pobres no mundo, nem alguém que passe por necessidades físicas e materiais; da mesma forma, ninguém jamais deverá sofrer consequências abomináveis na sua integridade física, mental e espiritual. Não é possível criar uma sociedade melhor se ainda subsistir pobreza e miséria na sociedade, da mesma forma que não é possível para o ser humano ser totalmente livre se o outro não for provido de liberdade absoluta<sup>7</sup>.

### *A Tecnologia para a Humanidade – A Humanidade da Tecnologia*

Em terceiro lugar, no sentido de providenciar a liberdade total do ser humano, torna-se um imperativo colocar a tecnologia a seu serviço, para que ele, pela primeira vez na sua história, consiga ter tempo livre. A tecnologia e as máquinas até agora inventadas têm estado ao serviço de um determinado sistema económico e financeiro (SILVA 2000a: 134) que desumaniza e escraviza o homem. Nesta sociedade, serão as máquinas que farão todo o trabalho pesado para o homem, será a tecnologia (SILVA 2001: 82) que deverá estar ao seu serviço, o poderá alimentar e lhe assegurará a qualidade de vida necessária para a sua subsistência (SILVA 2000b: 102).

Nesta sociedade preconizada, nenhum homem poderá ser «alienado» pela sociedade, da mesma forma que nenhum homem deverá exercer uma ocupação que não goste. Trata-se de uma posição que aposta tudo na «humanidade da tecnologia» ou na tecnologia para a humanidade, em detrimento da dicotomia estabelecida atualmente entre «tecnologia e humanidade», que obedece aos mesmos padrões dos atuais sistemas políticos e económicos mundiais e das divisões por eles provocados, como «Estado e cidadão», «Governo e governados», entre outros. Este ponto reveste-se de extrema importância, porque a tecnologia e a inovação científica deverão caminhar para libertar a condição humana dos seus principais problemas, devendo estar articuladas com uma estrutura político-económica que privilegie a qualidade da vida humana e a preservação

---

<sup>7</sup> Este ponto assenta na convicção franciscana do filósofo de que «Não há liberdade minha se os outros a não têm» (SILVA 1999b: 150).

dos mares, das florestas e das urbanizações, ao contrário das tendências políticas contemporâneas.

### *A Educação Para Todos*

Em quarto lugar, a educação. Este é um ponto decisivo que deve conectar todos os pontos anteriores.

Tendo em consideração que o quinto império nascerá assim que restaurarmos a «criança em nós e em nós a coroarmos imperador» (SILVA 2000a: 255-256), torna-se necessário desenvolver uma educação que não deseduque nem seja demagógica, nem centrada no professor, isto é, que privilegie o desabrochar de todas as aptidões da criança, fomentando toda a sua criatividade «para a criação de beleza» (SILVA 2000a: 102), em vez de ser formada para aquilo que a sociedade pretende que ela seja, um produto operacional, mecânico e competitivo.

Esta posição, porém, não impede que o estudo dos problemas do Homem, do mundo e da sociedade não sejam ou não venham a ser lecionados e constituírem-se parte dos programas e dos problemas dos estudantes. Porém, na visão de Agostinho da Silva, deve-se principiar pelos temas e problemas locais – portanto, pelos temas particulares, para, progressivamente, ir ao encontro dos temas e problemas universais. Como refere Romana Valente Pinho a este propósito, «para Agostinho da Silva, jamais um método de cariz universal se poderá sobrepor a um indivíduo especial e exclusivo. Nesta perspetiva, o filósofo mostrava apreço pelas aprendizagens personalizadas» (PINHO, 2017: 824), ou seja, pelas matérias que cada um deseja aprender<sup>8</sup>. É claro que isto implica uma reforma do sistema tradicional de educação, dos espaços (educação para todos), dos currículos, dos programas e manuais e, acima de tudo, do papel do professor.

Através das aprendizagens particulares e universais (que se constituem temas para serem aprofundados em outros futuros trabalhos), a nova escola constituir-se-á como o espaço privilegiado para desamarrar o indivíduo de todas as limitações que a sociedade

---

<sup>8</sup> A este propósito, Agostinho da Silva sublinha o seguinte: «o imenso desafio que se nos apresenta é o de educar o povo, insistindo em que educar não é levar ninguém a ser isto ou aquilo, não é de tentar influir de qualquer modo em sua orientação futura, mas dar meios de expressão à sua capacidade criadora e de comunicação» (SILVA 2000b: 117).

lhe impôs, para, finalmente, aprender o que a humanidade ainda não sabe<sup>9</sup>. Considera-se que fomentar a organização do que ainda não se sabe, portanto, do que o ser humano não conhece, criando, desta forma, um espaço utópico por excelência na escola, não só é fundamental para o desenvolvimento da nova escola, como também é fundamental para a sociedade que Agostinho da Silva preconiza, porque poder-se-á estatuir como o epicentro à volta do qual poderão ser desenvolvidas todas as áreas da sociedade. É a partir daquilo que é totalmente desconhecido para o ser humano que deverão ser orientadas as novas gerações, seja na filosofia ou na ciência, na teologia ou na economia, que, mais do que estudantes, serão investigadores. É desta forma que será possível combater os grandes flagelos do planeta terra e da humanidade.

Neste sentido, o estudante é um investigador que pesquisará aquilo que lhe interessa e só recorrerá ao professor como orientador para procurar formular melhor as perguntas (SILVA 2000a: 288). Acrescenta-se a estas posições agostinianas a necessidade de se conceder absoluta prioridade ao avanço tecnológico e à inovação científica para se combater os principais problemas ecológicos mundiais. Os transportes, as máquinas do mundo e a energia têm de ser ecologicamente sustentáveis e gratuitas para todos.

A educação para todos significa não só a promoção constante do envolvimento fundamental entre a escola e a comunidade, como também invoca a abertura das escolas à comunidade, onde deverão conviver de igual forma o ensino formal e o informal, onde todos poderão ser alunos e professores.

Por último, será também através da educação que se deve instruir o ser humano sobre o que fazer do seu tempo livre e como pode lidar com o ócio. Este último ponto não pode ser encarado como supérfluo e ignóbil. A qualidade de vida dos cidadãos só depende da capacidade criadora que tiverem para enfrentar o tempo livre e, muitas vezes, a solidão. É desta forma que não se deve continuar a insistir com a ideia de que a educação deve formar o ser humano para ser um produto da sociedade, mas é seu dever ir ao encontro do que o ser humano pretende ser, individualmente, e ajudá-lo a desenvolver e a maximizar todas as virtudes e aptidões para que o consiga concretizar (SILVA 1999b: 127).

---

<sup>9</sup> Como refere Agostinho da Silva: «Escola, também, desde a infantil às de pós-graduação, se deve fazer à volta do que se ignora, ou ao nível individual do aluno, que tem de descobrir para aprender, ou ao nível coletivo todo virado para a pesquisa, que pode ser e é na maior parte simples meditação, porque o resto que e chama pesquisa é, quanto muito, consulta ou encontro; todo virado para a pesquisa e bem desprezativo do ensino» (SILVA 2000a: 190).



### *Considerações finais*

A ideia de civilização preconizada por Agostinho da Silva será possível de se concretizar numa era secular, globalizada e tecnologicamente desenvolvida? Até que ponto é possível desenvolver o Reino do Espírito Santo num futuro próximo, quando muitos não acreditam nas verdades da fé e na ideia da criação de um paraíso na terra – considerado um sonho romântico, messiânico e mitologicamente defunto? Num ano abalado pela doença da Covid-19 e abafado pelo tormento de George Floyd – cujo eco se tornou mundial – considera-se que a proposta civilizacional de Agostinho da Silva constitui-se como uma base credível a partir da qual se pode negociar um futuro que todos desejam melhor. Acima de tudo, através das suas propostas, talvez seja possível enfrentar as crises económicas e ambientais mundiais dissecadas e apresentadas por Boaventura de Sousa Santos. A sua sugestão apolítica talvez permita uma combinação paradoxal sem precedentes na história humana: por um lado, entre o melhor que a posição de esquerda política pode oferecer – a propriedade coletiva para a humanidade; a sustentabilidade alimentar, material e logística justa e digna para todos; por outro lado, o melhor que a posição de direita política pode oferecer a cada indivíduo: o empreendedorismo em torno da criatividade, das artes, das letras, da ciência e da tecnologia. É difícil encontrar qualquer tipo de objeções quando se sabe, *a priori*, que é necessário apaziguar os corpos para que o espírito, sem perturbações de ordem sensível, possa ser aquilo que é, autenticamente. Mais ainda, se o mundo for organizado de maneira a que o Homem seja libertado das preocupações materiais e das ocupações profissionais de que não gosta, ao mesmo tempo que são criadas todas as condições para que ele possa enveredar por ser e fazer aquilo que mais o inspira, o mundo, certamente, tornar-se-á um espaço melhor para se viver e conviver. Da mesma forma, se todos os seres humanos tiverem forma de se alimentarem gratuitamente, o crime desaparecerá no mundo, as prisões deixarão de existir: com o tempo, libertar-se-ão todos os condenados das cadeias; e num mundo com os animais em extinção, resta ao ser humano libertá-los dos jardins zoológicos (SILVA 2000a: 327-328). Agostinho chamará ao conjunto destas ações a concretização na terra do «Pensamento de Deus» (SILVA 1999a: 77) ou o advento da terceira idade. Há quem possa designá-las por outras terminologias, menos seculares ou messiânicas.

Trata-se de uma sociedade que fomenta um conjunto de políticas em que a verdadeira dimensão humana é elevada ao máximo do que poderá ser, em que ninguém

será excluído ou marginalizado – a não ser que se queira excluir – e que acalentará o «ideal de governo o não haver governo», nem qualquer sistema de classes, esperando um «ideal de economia o de não haver economia, como não a havia no paraíso» (SILVA 2000a: 260), apesar de se privilegiar a constante inovação tecnológica e científica que favoreça o ser humano e a sustentabilidade ecológica.

Por fim, um sistema de ensino que privilegie a exclusividade de cada ser humano no mundo respeita uma educação que coloca no trono a criança e a declara imperador e modelo perfeito do mundo e dos homens. É a partir da adoração e cultivo das suas virtudes, como a ausência de preconceitos, o cultivo da bondade, a abertura total ao outro, a vida gratuita e alegre, a curiosidade sem limites, o acolhimento da imaginação, da fantasia e da criatividade plenas, que se torna possível para a humanidade caminhar para um «paraíso reconquistado» que, no entender de Agostinho, «mais reconquistaremos talvez pelo abandono do que pela vontade, pela paixão do que pela ação» (SILVA 2000a: 323).

Numa perspetiva holística, todos estes pontos apontam para a necessidade de se transitar de uma economia capitalista para uma economia humanista, e acrescentaríamos, para uma economia humanista e ecologicamente sustentável.

Embora atualmente com muitas designações e terminologias político-científicas, o que se afigura primordial é a compreensão exata do pensamento do filósofo que, por sua vez, se constitui como um poderoso ponto de partida para uma discussão crítica sobre a reforma que muitos anseiam levar a cabo na sociedade. Embora em comunidades seculares qualquer visão messiânica ou religiosa seja desprovida de significado, é importante considerar que foi a partir de uma visão religiosa do homem que Agostinho enriqueceu ontologicamente a conceção do ser humano, modelo a partir do qual desenhou os contornos da sua utopia civilizacional. Despidas as forças messiânicas e religiosas do Homem e desnutrido ontologicamente das verdades da fé, resta a consciência teórica dos direitos humanos – e possivelmente culturais – e, através dela, as verdades que se sabem certas do pragmatismo militar que podem ajudar a anular os males que assolam o mundo – nomeadamente a fome, a miséria e os problemas ambientais.

Para uma era pós-Covid-19 afigura-se indispensável considerar a atual tipologia política, as formas de representação e a relação entre governantes e governados. É necessário encontrar novas formas políticas que permitam a auscultação e a autenticação de todas as vozes. De seguida, inscrever o mundo com ações que visem combater a fome,

a miséria, a violação da dignidade humana e a degradação do meio ambiente. Qualquer que seja a tipologia política e as formas de organização social, estes pontos devem ser considerados prioritários. Dever-se-á organizar o mundo de tal forma que todos tenham direito a alimentação adequada. Estando a tecnologia ao serviço de uma política e de uma economia que está a favor da dignidade do Homem e da preservação do meio ambiente, a tecnologia não só servirá para ajudar o Homem a encontrar meios mais sofisticados para combater a fome, a miséria e os flagelos ambientais, como também servirá para o mesmo ficar com mais tempo livre para criar. Será possível o casamento entre o pragmatismo tecnológico e a gratuidade da vida?

Por fim, a necessidade de uma educação que deverá estar ao serviço das exigências ecológicas do mundo e das necessidades ontológicas e psicológicas de cada ser humano romperá brutalmente com todas as formas tradicionais de educação, entre as quais os papéis institucionalmente mecanizados do professor, do estudante, da escola e da comunidade. Neste sentido, a escola deverá estatuir-se como o epicentro e o elo de ligação de todas as áreas da sociedade. Se a educação não for o epicentro dinâmico à volta do qual orbitam todas as importantes áreas da sociedade, ela correrá o risco de se transformar num paradigma com um sistema fixista, estagnação esta que, afinal, não acompanhará a evolução do tempo nem as necessidades das novas gerações.

É a partir da educação que se pode dar resposta às necessidades naturais do mundo e do universo, dos homens e das mulheres, que são sempre voláteis, sempre diferentes, sempre exigentes. Que nome se dará a uma sociedade construída a partir da educação e da escola?

## BIBLIOGRAFIA

BORGES, Paulo. *Uma Visão Armilar do Mundo*. Lisboa: Babel, 2008.

CORTESÃO, Jaime. «O Humanismo Universalista dos Portugueses», in: *Obras Completas*. Lisboa: Portugália Editora, 1965.

FRANCO, José Eduardo. «Teologia e Utopia em António Vieira», in: *Lusitânia Sacra*, 2ª série, 1999, pp.153-245.

MENDANHA, Victor. *Conversas com Agostinho da Silva*. Lisboa: Editora Pergaminho, 1996.

PESSOA, Fernando. *Os Portugueses – Quinto Império*. Lisboa: Alma Azul, 2008.

PINHO, Romana Valente. «A Educação Universalista de Agostinho da Silva», in: *Cadernos da História da Educação*, Faculdade de Educação da Universidade da Uberlândia, Vol.16, Minas Gerais, 2017, pp. 818-831.

\_\_\_\_\_. *O Essencial de Agostinho da Silva*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006.

QUENTAL, Antero. *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos Últimos Três Séculos*. Lisboa: Padrões Culturais Editora, 2010.

REAL, Miguel. *Agostinho da Silva e a Cultura Portuguesa*. Porto: Editora QUIDNOVI, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. «A Trágica Transparência do Vírus», in: *Jornal de Letras*, 8 a 21 de abril de 2020a, pp.13-14.

\_\_\_\_\_. «O coronavírus, nosso contemporâneo», in: *Jornal das Letras*, 6 a 19 de maio de 2020b, p. 28.

\_\_\_\_\_. «Vírus: Tudo o que é sólido se desfaz no ar», in: *Jornal Público*, 18 de março de 2020c, p. 24.

SILVA, Agostinho. «As Ocultas Razões», in: *Ensaio Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira II*. Coordenação Geral e Organização de Paulo Borges. Lisboa: Âncora Editora, 2001.

\_\_\_\_\_. «Há quem lhe proponha Chamar-lhe Docimologia», in: *Ensaio Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira II*. Coordenação Geral e Organização de Paulo Borges. Lisboa: Âncora Editora, 2001.

\_\_\_\_\_. «Algumas Considerações Sobre o Culto Popular do Espírito Santo», in: *Ensaio Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira I*. Coordenação Geral e Organização de Paulo Borges. Lisboa: Âncora Editora, 2000a.

\_\_\_\_\_. «A Cultura Brasileira», in: *Ensaio Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira I*. Coordenação Geral e Organização de Paulo Borges. Lisboa: Âncora Editora, 2000a.

\_\_\_\_\_. «Considerando o Quinto Império», in: *Ensaio Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira I*. Coordenação Geral e Organização de Paulo Borges. Lisboa: Âncora Editora, 2000a.

\_\_\_\_\_. «Quinze Princípios Portugueses», in: *Ensaio Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira I*. Coordenação Geral e Organização de Paulo Borges. Lisboa: Âncora Editora, 2000a.

- \_\_\_\_\_. «Presença de Portugal», in: *Ensaio Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira I*. Coordenação Geral e Organização de Paulo Borges. Lisboa: Âncora Editora, 2000a.
- \_\_\_\_\_. «Um Fernando Pessoa», in: *Ensaio Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira I*. Coordenação Geral e Organização de Paulo Borges. Lisboa: Âncora Editora, 2000a.
- \_\_\_\_\_. «Educação em Portugal», in: *Textos e Ensaio Pedagógicos II*. Coordenação Geral e Organização de Paulo Borges. Lisboa: Âncora Editora, 2000b.
- \_\_\_\_\_. «Conversação com Diótima», in: *Textos e Ensaio Filosóficos I*, Coordenação Geral e Organização de Paulo Borges. Lisboa: Âncora Editora, 1999a.
- \_\_\_\_\_. «Doutrina Cristã», in: *Textos e Ensaio Filosóficos I*. Coordenação Geral e Organização de Paulo Borges. Lisboa: Âncora Editora, 1999a.
- \_\_\_\_\_. «O Cristianismo», in: *Textos e Ensaio Filosóficos I*. Coordenação Geral e Organização de Paulo Borges. Lisboa: Âncora Editora, 1999a.
- \_\_\_\_\_. «Sete Cartas a um Jovem Filósofo», in: *Textos e Ensaio Filosóficos II*, Coordenação Geral e Organização de Paulo Borges. Lisboa: Âncora Editora, 1999b.
- \_\_\_\_\_. «Só Ajustamentos», in: *Textos e Ensaio Filosóficos II*, Coordenação Geral e Organização de Paulo Borges. Lisboa: Âncora Editora, 1999b.
- \_\_\_\_\_. «Pensamento à Solta», in: *Textos e Ensaio Filosóficos II*, Coordenação Geral e Organização de Paulo Borges. Lisboa: Âncora Editora, 1999b.
- SOUSA, Antónia. *O Império Acabou – E Agora? Diálogos com Agostinho da Silva*. Alfragide: Casa Das Letras/Editorial Notícias, 2006.
- VIEIRA, António. *História do Futuro*. Direção de José Eduardo Franco e Pedro Calafate, Coordenação e Introdução de Pedro Calafate. Lisboa: Temas e Debates, 2015.
- \_\_\_\_\_, «Defesa do Livro Intitulado Quinto Império, Que é A Apologia do Livro *Clavis Prophetarum*: E Respostas das Proposições Censuradas pelos Srs. Inquisidores: Dada Pelo Padre António Vieira Estando Recluso nos Carceres do Santo Ofício de Coimbra», in: *Obras Inéditas*, Vol. I-III. Lisboa: Editores Seabra & V. Q. Antunes, 1856.